

Bar Bodega: Etiqueta Versus Ética

Andressa Mendes OSÓRIO¹
Francielle Maria Modesto MENDES²
Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC

RESUMO

O objetivo do artigo é discutir os desvios éticos analisados no livro *Bar Bodega: um crime de imprensa*, baseando-se nos conceitos de ética e etiqueta abordadas pelo autor Eugenio Bucci, explorados no campo jornalístico. O livro *Sobre Ética e Imprensa* (2000) foi usado como pilar desta pesquisa. A partir disso, apontam-se três pontos em que a imprensa demonstrou seguir a etiqueta e em seguida esses pontos são confrontados com o que afirma o código de ética dos jornalistas tendo o intuito de demonstrar que quando os veículos jornalísticos seguem a etiqueta estão automaticamente cometendo desvios éticos. Outros exemplos, além dos apontados no livro analisado também foram usados para comprovar o que defende o trabalho. Autores como Ricardo Noblat e Rogério Christofolletti, bem como artigos do código de ética dos jornalistas foram usados para embasar a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Etiqueta; Ética.

Com o intuito de discutir os desvios éticos ocasionados pela etiqueta, colhidas no livro *Bar Bodega: um crime de imprensa* são selecionados três erros cometidos demonstrados o que defende o trabalho. A cobertura de uma ocorrência policial com homicídio, um latrocínio, os protagonistas são altamente violados. Moradores de bairro de periferia de São Paulo, e algumas apresentando histórico criminal e social complexo foram erroneamente acusados de cometerem um crime tendo comparação positiva confirmada pela polícia. Coagidos e torturados para confessarem serem os responsáveis, têm suas vidas traumatizadas primeiramente pela polícia e em seguida pela imprensa, seguidora de uma etiqueta que mobiliza as massas com base a agradar e satisfazer grupos dominantes. Assim, desviando-se do papel social e da verdade que o deve buscar.

Presente nas aristocracias a partir do século XVI, a etiqueta tinha como função impor comportamentos que não desestabilizassem o padrão dos poderosos. Essa

¹ Estudante de graduação 6^o período do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: euandressamendes@gmail.com

² Orientadora do trabalho. Professora Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC), onde atua como docente do curso de Comunicação Social\Jornalismo. E-mail: franciellemodesto@gmail.com

normalidade a ser mantida, garantia o sucesso das cortes. Esse manual de normas exercido pela aristocracia, como uma espécie de cerimonial, era regido por regras e obrigações. Diferentemente da etiqueta, o código de ética dos jornalistas aponta atitudes que podem ser usadas para ajudar o profissional a resolver as tantas implicações que envolvem atividade jornalística. Regido pelo teor democrático, diferencia-se da etiqueta. Como defende Eugenio Bucci, essas atitudes não possuem outra função ao ser agradar poderosos.

A etiqueta cria um balé de sorrisos e saudações que celebram a autoridade posta, traduzindo-se numa singular estética da conduta; extrai sua beleza dos meios de glória da hierarquia e do silêncio sobre o que se esconde nas alcovas. (BUCCI,2000, p.9-10).

Ou seja, quando a imprensa age conforme a etiqueta está automaticamente cometendo desvios éticos. Levando-se por esse modelo acaba rompendo com um dos principais princípios do jornalismo, a verdade. No entanto “a verdade não é algo claramente identificável. A verdade é questão de julgamento relativo” (NOBLAT, 2010, p.28).

Seguir a etiqueta implica agir para que uma aprovação seja mantida, manipulada e até mesmo inventada. O jornalismo não é feito de cerimônia, mas sim de apuração, checagem e contextualização dos fatos. Aliás, uma das suas funções é fiscalizar os poderes e não se juntar a eles a fim de interesses outros que não em benefícios aos cidadãos. Entre os deveres do jornalista apontado por Noblat, está o cidadão, “é com eles, e não deve ter vergonha de tomar partidos deles” (NOBLAT, 2010, p.17).

A etiqueta é egocêntrica, beneficia somente os seus. A ética nesse aspecto serve de parâmetro e sinalizador de bem comum. Como Bucci afirma:

O jornalismo como o conhecemos, isto é, o jornalismo como instituição da cidadania, e como as democracias procuram preservá-lo, é uma vitória da ética, que buscava o bem comum para todos, que almejam a emancipação que pretendia construir a cidadania, que acreditava na verdade e nas leis justas – uma vitória contra a etiqueta. (BUCCI, 2000, p.10).

Christofolletti também aponta diferença entre etiqueta e ética.

A ética é mais ampla e nos leva à preocupação com as atitudes e com a relação que estabelecemos com as outras pessoas em várias circunstâncias. A etiqueta está mais atenta às aparências e à demonstração de conhecimento e respeito às convenções sociais. Enquanto a primeira está para a essência, a segunda se liga à forma. (CHRISTOFOLLETTI, 2008, p.36).

O caso Bar Bodega (1996) apresentou características da etiqueta. O primeiro deles é a necessidade de culpar alguém, e quando se culpa, deve-se

apresentar fatos e provas concretas, não evidências frágeis que pareçam rapidamente harmoniosas. Além de antiético, comprometer a honra das pessoas é crime previsto no Código Penal Brasileiro. Constando como Calúnia Art.138, Difamação Art.139, Injúria Art. 140.

I – Alguém tem que ser responsabilizado

A necessidade de apontar culpados para os problemas é a solução mais aparente. Esse desvio mostra que os setores estão esquivando-se de suas obrigações, optando pelo caminho mais rápido e fácil, comprometendo a imagem das pessoas e eximindo sua responsabilidade.

Ao deixar-se levar pela acusação da polícia e divulgar Cléverson como o culpado, assim como os outros personagens, a imprensa não cumpriu seu papel. Colocaram a aprovação e “satisfação” do público como meta, levando-se assim, por julgamentos, não dando oportunidades para contradições.

Se alguém tem que ser o culpado, logo alguém também terá que ser defendido. E o jornalismo não deve esquecer-se de defender a verdade, nada mais. E nessa tomada de decisão, a imprensa esquece-se da conflitante imparcialidade. Culpar um jovem com antecedentes criminais e morador de periferia era mais viável ao invés de procurar fatos novos, buscar outras testemunhas ou simplesmente fazer uso do seu lado investigativo, questionar, por exemplo, por imagens de segurança. Apesar de recente e pouco utilizada, uma região nobre não poderia fazer uso desse tipo de ferramenta? Alguém questionou?

Seguir a etiqueta é não ceder espaço para outros questionamentos além dos óbvios, mas duvidar do que está posto nunca é demais. Nesse ponto, Bucci nos diz

O jornalista é pago para perguntar – e duvidar. Seu santo padroeiro é São Tomé – o apóstolo que, no Novo Testamento, quis antes ver as chagas de Jesus Cristo para só depois aceitar que ele era mesmo o cristo ressuscitado. Quanto mais pergunte, confirme e cheque, menos se expõe ao erro. (BUCCI, 2000, p.141).

Casos que tenham tanta atenção e que lidam com a reputação das pessoas, questionamentos nunca serão demais. Mesmo a polícia sendo a fonte “não há perguntas inconvenientes. Pode haver respostas inconvenientes. Mas este é um problema para quem responde”, aponta Noblat (2010, p.62).

Apresentar os culpados para a sociedade paulistana era mais importante do que também discutir como a violência é devastadora por onde passa, não passa, não somente em regiões nobres. Analisar e propor medidas para diminuir a criminalidade, despertar a

participação dos leitores para também propor ideias é o que cabe a imprensa, e não culpar agressivamente como foi feito.

Para Christofolletti, “se a notícia do jornal traz descrição detalhada de cenas e personagens, se há encadeamento lógico na história contada e se esse conjunto nos parece procedente, damos o aval à matéria. Confiamos” (2008, p.28). Entretanto, essa “confiança” passadas ao leitor precisa ser reflexo da apuração e checagem da informação, despertando a criticidade do público e não o julgamento. Afinal, adotar o julgamento de maneira emergencial e elucidativa não contribui e tampouco soluciona o problema.

II – É preciso agradecer o leitor, mas qual leitor?

Buscando agradecer os leitores, a imprensa pode ser influenciada a trabalhar somente para satisfazer o público. No entanto, há diferença entre agradecer ao público pela postura e trabalho eficaz e agradecer ao público dando a ele o que lhe é mais conveniente. No caso Bodega, o que se percebe é uma imprensa totalmente levada a falar o que as pessoas queriam saber (os acusados) e não o que elas de fato precisavam saber (os verdadeiros acusados\ solução do caso), responsabilizando, assim, qualquer um, não importa o que as provas apontavam.

Com a finalidade de demonstrar apoio as classes que em especial foram afetadas, os veículos usuram o seu poder para manipular, incitar o senso de justiça e cobrar por segurança. Mas por que somente a partir do caso Bar Bodega? Os outros casos não mereciam também apoio? Por que não discutir caos tais como acontecem na periferia? Justiça e segurança não são para todos?

A resposta já pode ser identificada no item anterior. Como afirmado, a etiqueta é egocêntrica, não há espaços para discutir os mesmos problemas que acontece em Moema ou na periferia, por exemplo. A empatia midiática tem uma lista exclusiva e os seus participantes são célebres. A cobertura é tão incisiva que até mesmo os menos favorecidos e vítimas constantes da violência se sentem solidários com os elitizados atingidos. O caso Nardoni, ocorrido em 2008, em que a menina Isabella Nardoni de apenas cinco anos foi assassinada pelo pai e pela madrasta cruelmente, exemplifica essa sensibilidade coletiva. Antes das investigações serem concluídas e descartadas pela polícia, a hipótese apresentada pelo pai da menina que afirmava ter tido a casa invadida e que esse suposto invasor teria matado a filha, despertou inicialmente a sensibilidade pública. Por ser de classe privilegiada e filho de um famoso advogado tributarista, Alexandre Nardoni, tinha sido inocentado pela população e pelos seguidores da etiqueta, evidentemente.

Como publicado na Folha de São Paulo, pelo jornalista Clovis Rossi:

Se o público brasileiro (no caso, o paulista) adotasse o devido rigor, puniria o delegado responsável pelo caso da menina Isabella Oliveira Nardoni, 5 anos, morta no sábado, por colocar o pai como suspeito. No fundo, estamos diante de um gênese idêntica ao escândalo da Escola Base, na qual a mídia foi crucificada, com toda a justiça. Mas faltou mais alguém na cruz: o delegado responsável pela investigação do caso. Vamos rebobinar um pouco a fita e analisar as circunstâncias em que se deu a desumana crucificação dos responsáveis pela escola, apontados como abusadores de crianças. Quem detinha, com exclusividade, todas as informações? O delegado. Ninguém mais. Quem repassou as informações aos jornalistas, coletivamente? O delegado. Aos jornalistas, restava um de dois caminhos: duvidar ou acreditar (claro que me refiro aos jornalistas de boa-fé; os que têm índole sensacionalista não precisam acreditar ou duvidar de nada para dar vazão à índole). (ROSSI, 2008, online).

Na tentativa de defender a elite, o jornalista expõe seu posicionamento de forma agressiva. Primeiro ataca o delegado, que é o responsável pelas investigações, tentando desqualificá-lo questionando seu trabalho. Depois, passa ao leitor a ideia de punição, incitando o julgamento. Para tentar comprovar mais ainda seu argumento, traz à tona o exemplo da Escola Base, recordando um erro envolvendo um delegado, erro esse também que contou com a colaboração da imprensa. No entanto, o jornalista acredita ter sido a mídia, vítima e não corresponsável.

Mais: se duvidassem e decidissem não publicar, seria preciso que todos tivessem idêntico comportamento. Um só que publicasse já estaria provocando o dano à reputação dos donos da escola. Agora é um pouco a mesma coisa. O delegado deu entrevista que a Rede Globo, pelo menos, pôs no ar (não vi outros telejornais, mas suspeito que todos o tenham feito). Adiantaria alguma coisa se a Folha, digamos, não publicasse a acusação ao pai da menina?

Salvaria a face do jornal, mas não salvaria o principal, que é a reputação do pai. Nem importa, no caso, se vier a se comprovar que o pai é mesmo culpado. Não cabe ao delegado, ao menos desta fase da investigação, dizer quem é ou não suspeito. Se o pai for de fato culpado, será punido ao fim da investigação. Se for inocente, já está punido. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de abril de 2008, online).

O apoio recebido pelos acusados é claramente uma amostra da etiqueta. Obtiveram até mesmo a oportunidade de se defenderem nacionalmente através do Programa Fantástico (20 de abril de 2008), que cedeu espaço para o casal. Oportunidades essas que jamais foram concedidas a integrantes de outras classes. Com o desfecho da investigação, o apoio inicialmente concedido transformou-se em julgamento agressivo, pela mídia e, conseqüentemente, pela população.

Esse é um problema bem mais complexo, a necessidade de satisfação gera um ciclo vicioso. É preciso manter harmonia entre os diferentes níveis da pirâmide que compõem o trabalho jornalístico. Sendo assim, a referência ética que também precisa vir dos cumes é rompida pela etiqueta. Para Bucci:

Quando o jornalismo imagina bastar-se a si mesmo como referência ética, o efeito é que o chefe tende a encarnar o modelo moral absoluto para o subordinado; o chefe do chefe é o suprasumo da virtude até que, no alto da hierarquia, o rei dos reis, ou melhor, o diretor dos diretores nada vê acima de suas sobranceiras. (BUCCI,2000, p.54).

Quando o jornalismo perde sua autonomia, a imposição do que as massas devem saber e consumir é ditado por interesses. Assim, Fonseca aponta

A mídia atua nesse ambiente indefinido, constituídos pelos interesses e opiniões privados, mas que se manifestam como públicos. Por mais que intentem atuar numa perspectiva “pública” – o que implica a existência de vários lados e interesses contrastantes -, estarão sempre presos, os meios de comunicação privados, a interesses, compromissos e visões de mundo privados e mercantis e, o que é essencial, tal atuação será desprovida de responsabilização e contrapartidas efetivos pela sociedade e pelo Estado. (FONSECA, 2011, p.54).

Para que não ocorra o que aponta Fonseca, é fundamental a atuação do leitor, devendo assumir seu papel, impedindo que veículos que não tenham a verdade, respeito w interesses públicos como referência possam continuar sendo irresponsáveis, sobrepondo-se a conveniências.

III – Imprensa como partido político

O apoio político, aparentemente, não proposicional é mais um aspecto da etiqueta. A acirrada disputa eleitoral pela prefeitura de São Paulo não passaria despercebida, e foi considerada como objetivo de campanha.

O latrocínio explorado massivamente ocorreu devido a colaboração da mídia, que já vinha sendo voraz como caso e viu também o evento coo forma de pressionar o estado. O que notamos é que a forte cobertura poderia ter sido também em função de outros interesses. Agravar o caso, bem como medir não medir recursos, é fazer disfarçadamente campanha política. Discutir a violência e a segurança pública tomando o caso Bodega como exemplo, era tocar em problema grave em que a sociedade paulistana parentava enfrentar. No entanto, essa gravidade amplamente noticiada era por ter atingido os elitizados.

E para garantir que o problema era mesmo urgente e necessitava de medidas rápidas e eficazes o mapa da violência foi redesenhado, os casos isolados passaram a ser comuns e o medo da população analisado\ pesquisado de forma ágil, apontando resultados preocupantes. Toda ação e serviço em prol da garantia eleitoral da hierarquia selecionada.

Características como essas culminam no que Bucci afirma ser um partidarismo. “Quando a opinião partidária, prevalece sobre o bom senso e sobre a verdade dos fatos, aí sim, tem-se o que as normas clássicas do jornalismo vão chamar de partidarismo”. (BUCCI,2000, p.112).

O partidarismo assumido pela imprensa revela-nos o apoio concedido, muitas vezes, por ocupantes influentes dos veículos de comunicação. Encarregando seus funcionários a usarem seu trabalho para outros fins. Como nota Bucci:

Quando o assunto é eleição, os donos dos meios de comunicação, na prática, têm mais espaços para se manifestar do que os jornalistas empregados. É um desequilíbrio. Nos editoriais de jornal ou nas capas de revista, as opiniões partidárias que prevalecem são as opiniões da empresa ou do dono. (BUCCI,2000, p.115).

A história nos apresenta um emblemático exemplo desse tipo de conduta. Fernando Collor, ex-presidente, obteve apoio dos amplos veículos de comunicação na campanha em 1990. Sua aprovação para ocupar o cargo mais importante do país foi regada a etiqueta e partidarismo midiático, mesmo ele possuindo um histórico de corrupção.

As pesquisas de intenção de votos é outro recurso usado para influenciar a população a eleger o candidato apoiado pelas hierarquias. Mas, tarde, Collor, eleito com uma boa aprovação, foi tirado do cargo sobre forte atuação popular e jornalística, culminando seu impeachment, comprovando que há atuação partidária pelos veículos.

O que os códigos dizem

Tomando o Código de Ética dos Jornalistas como parâmetros nos três pontos citados é possível afirmar que ele foi expressamente violado. Reiterando que a imprensa ou veículos de comunicação seguidora da etiqueta condiciona-se automaticamente a desvios éticos. Desvios esses que levados por interesses de grupos, afastam-se da essência do jornalismo, das amplas opiniões e do bem coletivo.

Como expressa o Art. 6^o do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj,2007, online) é dever do jornalista:

VII – respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e a imagem do cidadão

XIV – combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, de orientação sexual, condição física ou mental ou de qualquer natureza.

Como dito, a imagem e honra dos acusados não foram em nenhum momento tratada com cautela e respeito. Todavia, o histórico social e condição econômica se sobrepuseram a obrigação, ética e responsabilidade dos veículos.

Art 7^o O jornalista não pode:

V – usar o jornalismo para incentivar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime.

O jornalismo fez ironicamente uma cobertura violenta sobre um caso de violência. Usou sua influência para propagar a intolerância, mas, ressalta-se que, a intolerância a jovens marginalizados e supostamente criminosos e não a intolerância ao descaso e relação à violência como um todo. A presente nas periferias, nas favelas e precariedade. Como diz o Art. 9^o A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Sendo também uma virtude, a confiança e boa-fé nas pessoas é um fundamento. Mesmo que as circunstâncias apontem para somente uma verdade, é imprescindível investigar e apurar as informações, não dando espaço a acusações indevidas e conclusões dos fatos sem a devida comprovação. Afinal, “o pré-julgamento é um dos principais crimes que o jornalismo comete”, (CRISTOFOLETTI, 2008, p.60).

Art.12^o O jornalista deve:

II – buscar provas que fundamentem as informações de interesse público.

III – Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

VI – promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta. Às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável.

Esse último preceito sintetiza o caminho que todo jornalista e veículo de comunicação devem prezar para consequentemente garantir sua credibilidade. A verdade como guia, o público como referência e as devidas retificações, quando necessárias, caminham para um jornalismo ético, sem desvios e etiqueta. Esbarrando assim nos descaminhos de interesses senão o de real direito do público.

A ética como cita Bucci (2000) que deveria do grego *éthos*, está ligada aos costumes. Mostrando-se de forma individual e coletiva e que dessa mesma forma precisa ser refletida constantemente. Considerando também que o manual de ética do jornalista não é uma legislação, ou seja, um manual obrigatório e assegurado por leis, cabendo assim, somente ao indivíduo escolher o que lhe parece mais correto. E tomando também a ética como uma virtude, no Pequeno Tratado das Grandes Virtudes (1999), aponta-se a

polidez como a primeira delas. A primeira das grandes e nobres virtudes, no entanto, é a mais carente, a mais superficial.

Quer dizer, para atingir o patamar das outras é necessário mostrar-se polida. No entanto, ser polida pode significar não ser verdadeiramente correta, virtuosa, ética. A polidez é “virtude puramente formal, virtude de etiqueta, virtude de aparato! A aparência, pois, de uma virtude, e somente a aparência”. (COMTE SPONVILLE, 1999, p.5), ou seja, assim mostra-se a imprensa, sempre polida, premiada, mas nem sempre correta. Apenas formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do tema proposto, conclui-se que no caso Bar Bodega, a imprensa seguiu o que propõe a etiqueta. Os interesses de grupos e classes privilegiadas tomadas como referência, desviou a atividade jornalística do seu papel fundamental, a verdade. Percebe-se também que os desvios éticos parecem seguir uma sequência, assim, ligam-se automaticamente uns aos outros. E falando-se de etiqueta, é mais notória ainda, a irresponsabilidade dos donos dos veículos de comunicação e chefes de redação, facilitando o rompimento ético.

O preconceito e tratamento desigual designado aos economicamente desfavorecidos são alguns dos agravantes. Assim como, trabalhar buscando agradar ao público, mesmo que de forma destorcida e inverídica. Da mesma forma que se partidarizar disfarçadamente, como apontado. Tornando assim, os interesses privados em necessidades públicas. A ética aponta a checagem e a investigação, sendo essa uma técnica básica da profissão jornalística. No entanto, essas técnicas tomadas juntamente ao conceito de polidez revelaram-se transgredidas e manipuláveis.

A mesma polidez, aparência ou conveniência, tida, muitas vezes como reflexo da qualidade, competência ou eficácia distorce o trabalho jornalístico e sua essência. Rompendo os bons costumes. Traumatizando vidas. Promovendo desinteresses.

Assim, é preciso sepultar tais comportamentos, fazendo com que a imprensa volte a ser sinônimo de confiança e credibilidade. Mostrando seu verdadeiro vínculo com o jornalismo, a verdade. Bem como, dar voz aos desfavorecidos, buscar e defender o direito de todos acima de benefícios ou privilégios de outrem.

A obra estudada traz ao leitor com riquezas de detalhes os erros cometidos no caso. Ao longo do livro podemos perceber e sentir o quão é delicado o papel do jornalista. Exige-se muita responsabilidade, afinal, lida-se diariamente com vidas, conceitos e reputações. Mostra que o código de ética deve ser mais um guia para esses profissionais, sendo a empatia e responsabilidade social outros preceitos. A partir dos detalhes expostos na obra podemos fazer muitas reflexões acerca do jornalismo. Sendo a mesma um leque de erros que podem ser evitados. O caso exposto é mais um dos retratados que vieram a conhecimento de todos, mas que, devemos considerar que podem existir outros que não tiveram o mesmo destino, servindo assim como forte exemplo de responsabilidade profissional e social.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRASIL. Código Penal. Decreto Lei n 2.848 de 07 de dezembro de 1940. **Vade mecum**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Vitória, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federação/cometica/codigodeética_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2017.

FONSECA, Francisco. Mídia, Poder e Democracia: teoria e prática dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, p.42-69, Julho-Dezembro, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/5731/4737>> Acesso: 06 de fevereiro de 2017.

LEVIANDADE É CRIME. São Paulo: abril, 2008. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0203200803.htm>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

NARDONI, Alexandre.; JATOBÁ, A.C. Fantástico. São Paulo, Rede Globo, 20 abril 2008. Entrevista cedida a Valmir Salaro.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto:2010.